



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017541-80.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Honorários Advocatícios**
 Requerente: **Donizeti Walter Ferreira**
 Requerido: **Celso Celio Paulino**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 10 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1764/2012

VISTOS

DONIZETI WALTER FERREIRA ajuizou a presente ação de **COBRANÇA/ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS** em face de **CELSE CELIO PAULINO**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em síntese: 1) que é advogado militante nesta Comarca; 2) que nessa qualidade foi contratado pelo requerido para defender seus interesses em “ação de indenização por perdas e danos cc ressarcimento e danos morais” contra a “Sul América Companhia Nacional de Seguros”, o que providenciou junto a Eg. 3ª Vara Cível local, saindo vencedor; 3) ocorre que até a presente não recebeu a integralidade de seus honorários, razão pela qual ingressou com a presente ação.

Com a inicial vieram documentos.

Citado, o requerido apresentou defesa alegando que o requerente se comprometeu a advogar tendo como contraprestação apenas os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários de sucumbência e ainda não comprovou o repasse dos valores que levantou nos autos. Pediu a improcedência da ação.

Às fls. 69 e ss o requerido apresentou reconvenção buscando a condenação do requerente a prestação de contas dos levantamentos realizados no processo da 3ª Vara Cível; almeja ainda posterior compensação do montante pleiteado na ação principal com o dinheiro que foi retido, pelo sobredito patrono, à título de honorários

Sobreveio réplica às fls. 77/79 e contestação à reconvenção às fls. 80/81.

As partes foram convocadas para audiência de tentativa de conciliação, que resultou infrutífera (cf. fls. 89/90).

Esse, na síntese do que tenho como necessário, é o relatório.

DECIDO, no estado em que se estabeleceu a controvérsia por entender completa a cognição.

...

Trata-se de ação de cobrança, sendo necessário o prévio “arbitramento” de honorários advocatícios.

Não há dissenso sobre a efetiva prestação, pelo autor, de serviços de advocacia contratados pelo réu.

Apenas a **forma de remuneração** é que foi contestada pelo réu que diz ter combinado com o autor a remuneração “*por conta da sucumbência*”, já o autor sustenta ter acertado o **pagamento de 20% sobre o**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

resultado da ação, além da verba que viesse a ser arbitrada pelo juízo, e que lhe pertence por Lei.

...

Realmente, foge à lógica o autor ter concordado em trabalhar na dependência do arbitramento de verbas de sucumbência, ainda mais considerando o vulto e o longo curso da demanda referida.

O requerido veio aos autos apenas para lançar/apresentar sua “tese” e nem mesmo solicitou outras provas (v. fls. 66).

Assim esse “fato modificativo” restou escoteiro no processo.

Nessa linha de pensamento e considerando o que dispõe o art. 22, do EOAB é de rigor que o mister do autor seja remunerado de modo justo/compatível.

Como o autor roga que o Juízo se pronuncie, arbitre, todo o serviço, o que vier a ser definido aqui terá influência sobre o que já foi levantado na “ação principal”. O cálculo/encontro “de contas” se dará em ação própria.

Como não há prova escrita da contratação, só nos resta dimensionar o trabalho do autor como prevê a tabela específica da OAB para as “ações de jurisdição contenciosa em geral”, arbitrando os honorários em **20% sobre o valor econômico da questão**, entendido como tudo aquilo que o autor obteve na sobredita demanda, ou seja, a condenação contida na decisão da Eg. 3ª Vara Cível, por cópia a fls. 35.

Por fim, o requerido é **carecedor da via reconvenicional**, já que a ação de prestação de contas tem rito apropriado/especial e assim, no caso não estão preenchidos os requisitos do art.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

315..

A respeito:

Ementa: RECONVENÇÃO - Ação de prestação de contas - Oposição em ação de cobrança - Incompatibilidade – Rito especial da prestação de contas que não se coaduna com o procedimento ordinário da ação de cobrança - Prestação de contas, aliás, que não se justifica - Extratos da conta todos nos autos - Recurso desprovido - Sentença mantida. CONTRATO - Abertura de crédito em conta corrente - Juros remuneratórios - Ausência de limitação - Inaplicabilidade do Decreto nº 22.626/33, revogado, ademais, o § 3º do artigo 192, da Constituição Federal pela EC 40/2003 - Inteligência das Súmulas 596 do Supremo Tribunal Federal e 283 do Superior Tribunal de Justiça - Recurso desprovido - Sentença mantida. CONTRATO - Abertura de crédito em conta corrente - Capitalização de Juros - Ausência de provas à demonstrá-la - Desídia dos réus em depositar os honorários periciais - Inversão do ônus da prova prevista no CDC não se confunde com inversão de seu custeio - Recurso desprovido - Sentença mantida (TJSP, Apelação 9086508-15.2008.8.26.0000, Rel. Ademir Benedito, 21ª Câmara de Direito Privado, j. 10/02/2010, com destaque).

No mesmo diapasão Apelação n. 0003406-12.2004.8.26.0609, da Comarca de Taboão da Serra, em que é apelante/apelado CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BELA VISTA, e apelada/apelante VERA MARIA GARAUDE – Voto n. 1947 – Juiz Prolator: Maurício Tini Garcia – Ementa: Reconvenção – Descabimento da prestação de contas como pedido contraposto, por incompatibilidade de rito – Litigância de má-fé não configurada – Ausência de dolo processual – Inaplicabilidade do artigo 940 do Código Civil – Majoração da verba honorária, descabida..

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Por fim, cabe ressaltar que os levantamentos concretizados pelo autor nos autos da demanda indenizatória estão demonstrados por hábil documentação, que não é objeto de controvérsia.

Em eventual ação específica (prestação de contas ou outra entendida cabível) serão equacionados, para fins, inclusive, de eventual compensação.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INAUGURAL**, para o fim de com base no artigo 22 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, arbitrar os honorários advocatícios do autor, referentes aos autos da demanda de INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS (Processo 1394/2003 – da 3ª Vara Cível – promovida por CELSO CÉLIA PAULINO em face da SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS) em 20% (vinte por cento) do montante fixado pelo respectivo Juízo na decisão de fls. 29/35, mantida em 2º Grau, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais definidos por aquele juízo.

Referido montante, deve ser pago com correção a contar do ajuizamento desta, com incidência de juros de mora à taxa legal, a contar da citação.

Por fim, julgo extinta a reconvenção, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo por equidade em R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Consigno, desde já, que o prazo de quinze (15) dias,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

previstos o art. 475-J do Código de Processo Civil (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a fluir a partir do trânsito em julgado desta decisão, independentemente de intimação, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 22 de abril de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**